

ACTA Nº 14/2013/2017 - ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 03 DE ABRIL DE 2017-----

Aos três dias do mês de Abril do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu no salão na Delegação de Argivai, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em sessão ordinária, presidida pelo seu Presidente, Manuel António da Silva Milhazes, e secretariada por Maria de Fátima Torres Alves e Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro. Verificadas as presenças constatou-se estarem presentes dezanove membros. A lista de presenças constará como anexo nº 1-----

Estiveram presentes à sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e os elementos do executivo. -----

Secretariou a sessão a Assistente Técnica, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as actas das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

1º - Análise e votação da Acta da sessão anterior. -----

2º- Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a autarquia. -----

3º- Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, nos termos da alínea o) nº 1 do artº 17 da Lei 5ª/2002, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017. -----

4º- Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência de 2016 com a recomendação do nº 4 do Artº 17º da Lei 5A/2002. -----

5º- Apreciação e aprovação da 1ª Revisão Orçamental de 2017. -----

6º- Apresentação do Inventário da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

7º- Discussão e ratificação da Proposta apresentada pela Associação Amizade de Santa Eulália de Beiriz, cedência por 50 anos do direito de superfície de uma parcela de terreno na Rua do Passal para a construção da sede social. ---

8º- Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, cumprimentou os presentes e deu início à sessão. -----

Questionado o público, ninguém mostrou interesse na inscrição para intervir no ponto 8. -----

1º - Análise e votação da Acta da sessão anterior. -----

O Presidente colocou a acta em votação, sendo aprovada por maioria, com sete abstenções,(Nuno Roldão, Maria Rosa Vilaça, Igor Oliveira, José Ricardo Silva, Esmeralda Carmo, Hamilton Ribeiro e Francisco Ribeiro) e voto contra de António do Poço. António Rogério Martins do Poço apresentou declaração de voto a justificar, pois não se lembra de ouvir nem consta dos seus documentos a informação do presidente acerca do seguro. A sua declaração de voto constará como anexo nº 2. -----

Igor Alberto Brandão C.S.Oliveira, subscreve a declaração de voto de Rogério do Poço. -----

Mais nenhum deputado se quis pronunciar sobre este assunto. -----

Daniel Bernardo explicou que existiram dois assaltos, um no armazém por trás do cemitério, para o qual não havia seguro e outro na secretaria de Argivai, onde o seguro reembolsou cerca de 2000,00 euros. -----

2º - Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a Autarquia. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel António da Silva Milhazes deu a palavra aos deputados por ordem de inscrição. -----

Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, dirigiu cumprimentos a todos os presentes e perante as notícias vindas a público, dispersas e antagónicas que criam ruído em volta do nosso hospital, solicitou a apresentação de uma moção que distribuiu pelos presentes. Leu a moção na íntegra, "Em defesa da realização de obras de benfeitoria e ampliação do Hospital da Póvoa de Varzim, parte integrante do Centro Hospitalar de Póvoa de Varzim-Vila do Conde", e solicitou a sua aprovação. A sua intervenção constará como anexo 3 e fará parte integrante da acta -----

O Presidente colocou em aceitação e a Moção foi aceite por unanimidade, passando à sua votação, sendo votada por unanimidade. Será enviada para conhecimento ao Ministro da Saúde, ao Secretário de Estado da Saúde, ao ARS-Norte e ao Município e Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim. -----

Joaquim Oliveira Carvalho, do PSD, apresentou cumprimentos e disse que o parque de estacionamento em Beiriz está quase concluído e que se nota a sua eficácia e mérito. Disse que a obra da Beneficente arrancou e acredita que a mesma vai prosseguir e lembra que vê um custo acentuado em apoios de acção social mas que não vê isso refletido em Beiriz e que os serviços criados para esse fim têm de sair dos gabinetes e ir para o terreno. Disse que antes a Beneficente provia a chamada sopa dos pobres e que se devem criar novamente esse tipo de serviços em conceitos que vão ao encontro dos mais carenciados. A sua intervenção constará como anexo nº 4 e fará parte integrante da acta. ---

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, cumprimentou os presentes e disse que é com satisfação que se encontra em Argivai e aproveita para dar os parabéns à Argevari por diversos eventos que tem realizado e em que ele tem estado presente. Disse que independentemente das forças políticas em maioria, valoriza o contributo que dão para a resolução de problemas das populações e sem qualquer desconsideração pelo trabalho que esta junta realiza, faz uma avaliação negativa do Relatório que é apresentado. Não apresenta qualquer actividade na área de educação digna de registo e com orçamento e meios financeiros avultados, apresenta execução anual do Plano Plurianual de investimentos de apenas 36% e onde era necessária capacidade de mobilização e influência o grau de execução é nulo. Disse que no meio de rotina confrangedora, surge o Gabinete de Urgência Social, mas que de muitos e variados projectos que têm, a sua realização é simbólica, por falta de meios humanos e financeiros e determinação da Junta. O Gabinete deveria abranger todos os residentes e não só os atingidos pela pobreza, pois a esmagadora maioria das pessoas das nossas freguesias não beneficia de qualquer serviço da junta. Pede informações sobre a situação e para quando a requalificação, infraestruturas e montagem de equipamentos do novo parque de merendas. A sua intervenção constará como anexo nº 5 e fará parte integrante da acta ---

Manuel Albino Gonçalves Silva, do PS, cumprimentou os presentes e informou que existe um problema de drenagem de águas pluviais na rua da pedreira em Argivai e que um morador relatou que fica privado de aceder à sua propriedade pois o terreno de acesso fica completamente inundado quando chove, tendo de aceder pelo terreno do vizinho, saltando o muro de confrontação, pelo que pede ao Presidente que encete as diligências necessárias para a resolução do

problema. A sua intervenção constará como anexo nº 6 e fará parte integrante da acta -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que se congratula por o Presidente da Autarquia visitar Argivai e ouvir a população e dado o assunto que abordou nessa visita relativa aos passeios da estrada nacional 206 não serem de alçada nem da Câmara nem da Junta, pois ambos já encetaram diligências anteriores e não se vê solução, que se propõe fazer um baixo assinado e fazê-lo correr pela população e enviá-lo às Estradas de Portugal, para ver se conseguem que se resolva o problema. Disse também que é bom não cair no esquecimento o projecto de arranjo do Largo do Bom Sucesso. -----

Francisco José Maio Ribeiro, do CDS-PP, apresentou cumprimentos e em seu nome e dos seus familiares agradeceu o voto de pesar pelo falecimento da sua mãe. Acrescentou que até agora e no decorrer das intervenções a que assistiu a assembleia está a correr bem dentro do diálogo construtivo e espera que continue assim, mas ao ler as entrelinhas deduz que o ambiente vai desandar. Vê muito elogio no ar, não sabe se é porque as eleições se aproximam e estão já no espírito de todos e pede que pensem no bem da Póvoa, Beiriz e Argivai e das suas populações e não no bem de cada um e que este mandato foi a adaptação á União das Freguesias, com situações tristes e que espera não se repitam em próximos mandatos. Disse que o choca como Poveiro, entrar na A28 e apenas se encontrar sinalização com indicação de Vila do Conde, e nada que indique Póvoa de Varzim e que o assunto precisa ser resolvido. -----

Jonhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e disse ter sabido pela comunicação social que o Presidente da Câmara não aceitou transformar a Escola de Nova Sintra em sede da Junta, pois deveria estar ao serviço da comunidade. Disse não ter dúvidas que todas as decisões, ideias e propostas dos membros da assembleia e executadas pelo executivo tem como único propósito servir a comunidade. Pede ao Presidente que esclareça se falou ou não pessoalmente com o Presidente da Câmara, ou se tal como ele diz, apenas soube da pretensão através da comunicação social. E gostava de saber se foi apresentada qualquer outra solução. E porque acha legítimo e faz todo o sentido que a Junta tenha sede própria e digna, apresenta uma moção que leu na integra e põe á aprovação da assembleia e que consta de um apelo no sentido de encontrar solução definitiva e que será entregue ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim. A sua intervenção constará como anexo nº 7 e a Moção constará como anexo nº 8 e farão parte integrante da acta. -----

O Presidente da Assembleia, colocou em aceitação e a Moção foi aceite por unanimidade, passando á sua votação, sendo aprovada por maioria, com abstenções de Igor Oliveira e José Ricardo Silva. -----

Francisco José Maio Ribeiro, do CDS-PP, voltou a usar da palavra e disse que há algum tempo atrás o CDS em campanha falou numa sede nova, condigna e com várias valências, por isso ele está de acordo com a moção anterior, que já é uma ambição antiga. -----

Daniel Bernardo, no uso da palavra disse que prometeu que quando tivesse resultados dos casos em tribunal informaria a assembleia pelo que informa que o processo gerado pelo ex tesoureiro e que o envolvia, transitou em julgado e foi arquivado. Informou ainda que irá reunir com os advogados e como houve clara tentativa de denegrir o seu nome e a sua imagem, irá decidir qual a atitude a tomar e o seu direito de resposta.- -----

Delfim Brás da Silva, pediu para intervir, pois considera que falaram no seu nome e disse que não fez queixa contra o presidente, mas que houveram assuntos que lhe levantaram dúvidas, tais como abastecimentos de gasóleo que considerou excessivos e aos domingos e feriados e como o presidente não o esclareceu, foi apenas pedir esclarecimentos. -----

Daniel Bernardo esclareceu os presentes que existem funerais que são realizados em domingos e feriados e que como tal o trator tem de ser utilizado para remoção e reposição de terras e para melhor esclarecimento de como a queixa crime foi apresentada contra si, leu o documento do tribunal onde consta o nome de quem acusa e o nome de quem é acusado. Esclareceu também que falou pessoalmente com o Sr. Presidente da Câmara sobre a sede e que na recusa da Escola de Nova Sintra, porque já estava destinada, propôs as instalações da Garagem Linhares, mas o Presidente da Câmara também não aceitou e disse que iriam analisar o assunto e ver outros locais disponíveis. Informou que o Parque de merendas 2 foi prometido pelo Sr. Presidente da Câmara no ano seguinte á inauguração do 1º e que já há 6 meses solicitamos os materiais, e assim que os tivermos, a Junta fará o seu trabalho, ficando o Parque apto a abrir á população. Quanto á agua que acumula na Rua da Pedreira, irá ao local verificar a situação e como resolvê-la. O largo do Bom Sucesso será alvo de obras e assim que estiveram concluídas, irá comunicar. Em relação ao abaixo assinado relativo á Est. Nac. 206, terá muito gosto em o encabeçar e ser o primeiro a assinar-----

3º- Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, nos termos da alínea o) nº 1 do artº 17 da Lei 5ª/2002, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, cumprimentou os presentes e disse que estava a ponto de ver concluído o Concurso de Ideias, proposta dele e da sua equipa em 2016 e que só agora se está a realizar. Falou também de outras propostas constantes do orçamento de 2016, tais como a negociação dos terrenos cedidos á Misericórdia e que se ficou a saber da indisponibilidade de dar por fim a cedência e só em 2019 a Junta poder beneficiar da sua propriedade, da Farmácia de Beiriz que morreu por golpe do Infarmed, acatado pelo presidente da junta, que poderia ter aproveitado publicamente para chamar a atenção para a falta de uma farmácia em Beiriz, mas apenas fechou a porta e a Capela do Bom Sucesso, que ele e meia Póvoa falam há anos e que é de interesse não só da União de Freguesias, mas de todo o concelho, pois se não fosse a Paróquia de Argivai, seríamos todos de Vila do Conde. E o senhor presidente nunca prestou atenção ás intervenções realizadas sobre este assunto até que ele falou nisto e agora surge como o salvador da capela. Existia um acordo para dar 15 000,00 euros, desde Dezembro de 2015 e só em Dezembro de 2016, sem dizer nada a ninguém comunica que já entregou o dinheiro e até vai dar mais 15 000 euros, podia esperar mais uns dias e dava 30 000 euros em ano de eleições. E voltando ao Concurso de Ideias lembra que foi um projecto desenhado por si e pela sua equipa e que a ideia de convidar um júri independente não foi do presidente mas da sua equipa que assim o exigiu. E analisando vários factos teve um ano para cumprir o Plano de Actividades e não cumpriu, como não cumpriu em 2013, as comemorações dos 300 anos do Aqueduto, e o plano de actividades de 2016, devia ser cumprido em 2016, mas como em 2017 há eleições, dava jeito atrasar tudo. E a iniciativa correu bem, pois o Varazim teatro fez um espectáculo e teve cobertura internacional e os

Rangers ao fazerem a Taça da Póvoa, aliam ao evento a ajuda social e a Junta vê-se como impulsionadora de uma acção benemérita de recolha de fundos. E a correr tudo tão bem, com o 1º Concurso de Ideias, só não percebe porque não se anunciou já o próximo. Parece ser preciso mudar as pessoas, para que se mudem também as ideias. A sua intervenção constará como anexo nº 9 e fará parte integrante da acta. -----

Nuno Miguel Bastardo Roldão, apresentou cumprimentos e disse que os subsídios são uma forma de se apoiar entidades e associações, mas que estão a ser excessivos os valores aplicados e que neste ritmo, mais valia chamar os cidadãos e entregar o dinheiro a cada um. Disse ainda que qualquer entidade tem necessidade de comprar, actualizar, manter e recuperar software ou hardware, só que se olha para as contas e se verificam valores muito altos pagos em contratos de assistência e manutenção e quando pensamos nos milhares de euros gastos nos anos anteriores pensamos que estamos perante uma empresa tecnológica, com necessidades de recursos técnicos, humanos e materiais de elevado nível e com um parque de equipamentos de impor respeito, mas se cruzarmos a listagem do imobilizado, verificamos que não é o caso pelo que não terá uma gestão eficiente. A sua intervenção constará como anexo nº 10 e fará parte integrante da acta. -----

Daniel Bernardo, no uso da palavra disse que o Concurso de Ideias não foi realizado em 2016, porque Ricardo Silva e os elementos da sua equipa não o quiseram. Várias vezes ligou ao Igor Oliveira para que fosse marcada a reunião e por mau entendimento foi protelado o assunto. Quanto á Capela do Bom Sucesso, a 2ª tranche foi dada em 2017 e todos que votaram contra o Orçamento, estão contra esta pagamento. O assunto da Farmácia de Beiriz o presidente admite que achou a ideia muito boa e a tentou pôr em prática, mas não foi a Infarmed que a matou, mas sim o facto de não ter havido uma única pessoa que aderisse a este projecto, talvez porque os cidadãos já têm um farmacêutico em que confiam e não aderiram á iniciativa. Na proposta da Igreja do Bom Sucesso o Ricardo Silva fez a proposta do donativo e ele sugeriu 10 mil euros ao que Ricardo Silva achou melhor serem 15 mil euros e foi aceite. O projecto recebeu 15 mil euros em Dezembro e recebeu 15 mil euros em Março. José Ricardo Santos Batista da Silva, diz que as propostas não são suas, são da equipa e que o importante seria não só fazer a obra, mas chamar a atenção para o projecto e para a luta pela Capela, sua manutenção e promover o seu conhecimento. A Farmácia não funcionou e o que leu na Comunicação Social é que foi o Infarmed que impediu. Criticou porque Beiriz precisa de serviços de saúde de proximidade e de farmácia e que o Concurso de Ideias, por falta de comunicação atrasou um mês e não um ano e que na altura até se falou que serviria para ser aplicado nas festas de S. Pedro. Pede desculpa por se ter exaltado e relembra que se Delfim Brás acusou o presidente, também o acusou, a ele e ao Igor Oliveira de irem de calções, chinelos de dedo e toalha de banho ver as contas da junta, apenas e só porque eles disseram que após verificação das contas, verificaram algumas incongruências, mas não encontraram qualquer indícios de crime. -----

4º- Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência de 2016 com a recomendação do nº 4 do Artº 17º da Lei 5A/2002. -----

Igor Alberto Brandão C. S. Oliveira, referiu que se adivinha a reprovação do relatório de actividades e contas de gerência. Que existiram constantes alterações de um orçamento empolado face á realidade dos números e que não

consegue ser mais ambicioso na sua execução que os anteriores, pelo que cerca de 300 mil euros voltaram a não ser investidos nas freguesias aqui representadas. Os custos com pessoal são incomportáveis face às restantes despesas, com cerca de metade do orçamento real, pelo que não permite um normal funcionamento do executivo e continua a achar duvidoso o critério na gestão de montantes pagos em telefones e internet e na utilização de rubricas como outros e diversos. Diz que o relatório e contas não é mais do que a confirmação daquilo que esperava, pouco rigor, pouca clareza e pouca confiança do que é apresentado a votação. A sua intervenção constará como anexo nº11 e fará parte integrante da acta -----

Joana Viera da Silva, do PS, apresentou cumprimentos e disse que o Relatório e Contas para além de um documento técnico traduz as opções políticas do executivo e que sendo o ultimo deste mandato esperavam que a apresentação técnica melhorasse, pois continua bastante resumido, sendo de difícil leitura e compreensão, logo pouco transparente. Se as contas parecem estar correctas, quanto á sua classificação e de acordo com a lei, já em relação aos mapas de fluxo de caixa e de controlo orçamental, as rubricas estão seguidas sem distinguir impostos indirectos, taxas e multas, transferências correntes e vendas de bens e serviços, entre outras. Falta também o Mapa de Transferências Correntes. O plano e orçamento tinha uma previsão e a sua execução ficou muito longe e se a junta não arrecadou as receitas previstas é porque o plano esteve assente em premissas erradas, fazendo previsões de receitas que não se iriam realizar. A Junta só investiu cerca de 37% do valor que previu investir, continuando as despesas com pessoal a ter peso significativo no orçamento, demonstrando incapacidade do executivo para controlar a despesa corrente, de forma a libertar mais verbas para investimento. A taxa de execução ficou pelos 69%, mostrando falta de rigor na previsão de despesa. Considera que com um orçamento de 933 mil euros, seria possível fazer muito mais e melhor. A sua intervenção constará como anexo nº12 e fará parte integrante da acta. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, leu uma declaração de voto, em que justifica o seu voto contra por ser coerente e porque acha que nada se fez para alterar nas despesas em benefício do investimento e porque tem um personalidade controversa para alguns mas que não é como outros que pela sua terra não se importam de prejudicar outros agradando a Deus e ao diabo e vota contra porque foi eleito para defender os interesses de 3 freguesias e não só de uma. A sua intervenção constará como anexo nº13 e fará parte integrante da acta. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, disse que não se pode aprovar o Orçamento e Plano de actividades e depois aprovar o Relatório de Contas se os dois não coincidem. A junta promete alhos e depois apresenta bogalhos e este ano não foi diferente e se inicialmente achava que era incapacidade para fazer previsões de despesa e receita, agora vê que é uma tática que retira grandes verbas da gestão da assembleia deixando o Presidente com roda livre, sendo o dinheiro que sobra das rubricas alocado em diversos e outros e que acha um desrespeito com a assembleia apresentar um projecto, aprová-lo e depois fazer apenas o que lhe apetece, embora a lei lhe permita fazer isto. A sua intervenção constará como anexo nº14 e fará parte integrante da acta.-----

Daniel Bernardo, na sua intervenção disse que as rubricas mais alteradas são as relacionadas com honorários judiciais, que não dava para serem previstas. No desporto gastou-se mais porque se fez uma parceria com o Desportivo da

Póvoa e se apoiou o Varzim, no futebol de praia. Na rubrica com pessoal, estamos longe de atingir o máximo e se analisarem com cuidado, verão que a Câmara Municipal colabora com o salário de 5 funcionários, ao Presidente da Junta é a DGAL que paga e existem vários contratos de Cei+, logo a serem pagos pelo IEF. As verbas saem em despesas de pessoal, mas entram e estão asseguradas noutras rubricas. As revisões orçamentais passam pela assembleia e existem algumas alterações orçamentais que apenas transitam verbas entre rubricas, o que está legalmente correcto. -----

O Presidente da Assembleia Manuel Milhazes, colocou em votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência de 2016 que foi reprovado por maioria, com 4 abstenções, 7 a favor e 8 votos contra. -----

5º- Apreciação e aprovação da 1ª Revisão Orçamental de 2017. -----

Manuel Albino Gonçalves Silva, do PS, disse que a 1ª Revisão Orçamental se deve ao facto de haver saldo transitado positivo e o mesmo só poder ser integrado no Plano de 2017 através de revisão orçamental, como sempre defenderam e sendo uma obrigação legal os membros do Partido Socialista vão votar a favor, porque entendem que o Executivo tem toda a legitimidade de poder utilizar essa verba e porque de acordo com o mapa a verba é para investimentos nas freguesias com os quais concordam. A sua intervenção constará como anexo nº15 e fará parte integrante da acta. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, leu uma declaração de voto em que diz que já foi por diversas vezes dito que as alterações orçamentais são da responsabilidade do executivo e que perante tais afirmações questiona a diferença de valores dos saldos de gerência e que analisa que os valores são canalizados para Beiriz, Argivai e Póvoa de Varzim, mas que nem que fossem todos os valores canalizados para Argivai, votaria na mesma contra, porque foi eleito para servir as 3 freguesias e não para acalentar jogadas políticas. A sua intervenção constará como anexo nº16 e fará parte integrante da acta. -----

Daniel Bernardo explicou que o valor da diferença questionada por Rogério do Poço está contabilizado em Operações de Tesouraria. -----

O Presidente da Assembleia Manuel Milhazes, colocou em votação a 1ª Revisão Orçamental que foi aprovada por maioria com votos contra de Esmeralda Carmo e Rogério do Poço, abstenções de Igor Oliveira, José Ricardo Silva, Mário Mateus, Nuno Roldão, Rosa Vilaça e restantes 12 votos a favor. -----

6º- Apresentação do Inventário da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

Joana Viera da Silva, do PS, disse que consta da lei a obrigação da Assembleia apreciar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação, e que o inventário apresentado não está de acordo com a lei, porque não tem a avaliação dos bens e acreditando que alguns bens possam já não ter valor, não podem aceitar que todos os bens patrimoniais não tenham valor. A sua intervenção constará como anexo nº17 e fará parte integrante da acta.-----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que o inventário apresentado não corresponde á verdade porque falta muita coisa do património, que tem em sua posse relações que não estão iguais a esta e se os deputados não se importam, lamenta. Não encontrou na relação o cemitério da Póvoa de Varzim, nem de Beiriz. A sua intervenção constará como anexo nº18 e fará parte integrante da acta. -----

Daniel Bernardo no uso da palavra, informou que na lei os inventários só serão obrigados a ter valor a partir de 2018 e que no inicio da formação da União das

Freguesias, foi solicitado á Repartição de Finanças por requerimento escrito, a informação de todo o património urbano e rústico da União e que é esse mesmo património que consta deste Inventário. Alerta o Sr. Rogério para o facto de os cemitérios não serem da União das Freguesias, pois não constam dos registos das Finanças, mas sim da Câmara Municipal e lembra que todos os terrenos que constam como domínio público são da Câmara Municipal. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, diz que não duvida do que o Presidente está a dizer e que acredita que esteja tudo correcto e legal, mas que na presunção dos habitantes os terrenos são da Freguesia. -----

7º- Discussão e ratificação da Proposta apresentada pela Associação Amizade de Santa Eulália de Beiriz, cedência por 50 anos do direito de superfície de uma parcela de terreno na Rua do Passal para a construção da sede social. ---

Johnhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, pediu para intervir e disse que o Partido Socialista reconhece e compreende os motivos que levam a Associação Amizade Santa Eulália de Beiriz a solicitar cedência de terreno para instalações próprias e por isso se mostrou aberto a integrar um grupo de trabalho para resolver este assunto e embora esta proposta não tenha sido aceite pela associação continuará a estar aberto a discutir este assunto de forma séria e dentro das regras legais. Lembra que isto não é a atribuição de um mero subsídio, mas cedência de parte do património da Junta por 50 anos, não existe planta da parcela do terreno a ceder, nem a sua classificação no PDM, não se consegue saber se o terreno aqui implicado não é o mesmo ou parte do que está cedido à Santa Casa da Misericórdia até 2019. Conclui que existe muita falta de informação importante para que se possa aceitar e aprovar este pedido e além disso existe uma carta do presidente da associação e não uma proposta concreta do executivo, bem fundamentada e de acordo com a lei, para que esta assembleia possa decidir, pelo que propõe ao Presidente da Assembleia que solicite ao Presidente da Junta que retire este ponto da Ordem de Trabalhos e que voltem mais tarde a submeter esta proposta, acompanhada das informações e anexos necessários e previstos na lei. A sua intervenção constará como anexo nº18 e fará parte integrante da acta. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes disse ter consultado a lei e que a sua opinião era que o ponto da ordem de trabalhos fosse retirado e que fosse depois apresentado com uma proposta da Junta de Freguesia, acompanhada de planta topográfica e anexos necessários, incluindo nos anexos esta carta do presidente do Rancho que hoje foi apresentada, disse que deveria haver uma proposta da Junta de Freguesia, apenas á carta do Rancho, para ser então votada, e continuou a ouvir deputados.-----

Johnhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, voltou a intervir e disse que consultou nas finanças os artigos que constam do pedido de cedência e estão todos errados, pois com a União das Freguesias, os artigos patrimoniais foram alterados e foram utilizados números de artigos que já não existem, pelo que deve existir nova proposta, com os artigos rectificadados para ser avaliada e apreciada dentro da legalidade. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que não é preciso ninguém se enervar e muito menos existir tanta urgência, pois passaram 3 anos e meio de mandato e nunca tiveram pressa e agora lembram-se e querem tudo resolvido á pressa para ninguém se aperceber que está tudo ilegal. Lembra que existem várias associações na União das Freguesias e se todas quisessem o mesmo, não havia património que chegasse, por isso este pedido tem de ser bem

estudado e passou a ler uma proposta em que diz que nada tem contra associações e apoia tudo dentro de princípios e realidades. Diz que não é o momento adequado para tal pedido ser apreciado porque esta ou qualquer outra associação tiveram três anos para solicitar pretensões e não será agora a seis meses de eleições que o devem fazer, pelo que acha que esta associação deve trabalhar para de futuro conseguir este objectivo, pelo que pede a todos os deputados, para retirar o ponto 7 da Ordem de Trabalhos. A sua proposta constará como anexo nº 20 e fará parte integrante da acta. ----

Mário Fernandes, presidente do Rancho Santa Eulália de Beiriz, no uso da palavra disse que a carta é apresentada á assembleia e não ao executivo, pois o executivo já a aprovou e que a proposta é de direito de superfície por 50 anos e não de cedência de património, que o terreno que solicita não tem nada haver com o terreno cedido á Santa Casa da Misericórdia, existe um projecto mas não será o definitivo pois terá de sofrer alterações, pois não terão verbas suficientes para fazer o que estava anteriormente projectado e disse a Jonhny Silva que será bem vindo para trabalhar, mas que ele só aparece em altura de eleições e que é impossível não se enervar com estes ambientes cínicos, que o rancho já tem 38 anos e muita gente com interesse em trabalhar e participar e prometeu a Jonhny Silva que votaria nele quando se candidatasse á Presidência se ele conseguisse um pavilhão para o rancho.. Disse que o projecto é transparente e que a porta está aberta a todos, sócios e não sócios e disse que estava a falar como presidente da associação. -----

Joaquim Oliveira Carvalho, do PSD, no uso da palavra, disse não ser necessária tanta confusão, pois o Presidente do rancho não pede para construir no sítio A, B ou C. Posteriormente isso será decidido em conjunto com a União das Freguesias. E que havendo cedência de superfície, o terreno continua a ficar na posse da Junta e que terão de haver cláusulas e acordos escritos, mas que á assembleia só compete dizer se estão de acordo com a cedência ou não e que se todos se preocupassem com os interesses de Beiriz, não viriam para aqui arranjar confusão, mas tinham, antes desta assembleia, alertado para as situações que dizem não ser correctas e tentado corrigi-las, não vinham para aqui levantar todo este problema. -----

Manuel Albino Gonçalves Silva, do PS, disse que Jonhny Silva não está sozinho, está a falar em conjunto com mais dois elementos do PS, que estão a favor que o Rancho tenha esse espaço, mas querem que se faça bem feito. O Partido Socialista não se quer comprometer com ofícios sem carimbo e assuntos que podem não ser legais. -----

Daniel Bernardo, no uso da palavra, disse que embora o ofício não tenha carimbo, lhe foi entregue em mão pelo Presidente do Associação Amizade Santa Eulália de Beiriz e que o Executivo da Junta deliberou por unanimidade deferir o pedido de cedência de propriedade, e face a esse deferimento, trouxeram o assunto á Assembleia, para ser ratificado. -----

E como mais ninguém quis intervir neste ponto, o Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou a proposta de Rogério do Poço – anexo nº 20 – em aceitação e a mesma foi aceite por unanimidade. De seguida colocou a proposta em votação e a mesma foi reprovada por maioria, com 10 votos contra, 2 abstenções e 7 votos a favor. -----

Manuel Milhazes passou então á votação do ponto 7 - Ratificação da Proposta apresentada pela Associação Amizade de Santa Eulália de Beiriz, cedência por 50 anos do direito de superfície de uma parcela de terreno na Rua do Passal

para a construção da sede social e a mesma foi aprovada por maioria, com 2 votos contra de Esmeralda Carmo e Rogério do Poço, 5 abstenções de Jonhny Silva, Joana Silva, Albino Silva, Rosa Vilaça e Nuno Roldão e 12 votos a favor dos restantes elementos da assembleia. É de salientar, que após a votação, repetida duas vezes para confirmação, Rogério do Poço, que nas duas vezes votou contra, disse que por respeito a todos os presentes, se retirava da sala e que o seu voto ficava sem efeito, não esclarecendo a sua posição. -----
Jonhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, pediu para esclarecer que os elementos do Partido Socialista, depois de terem pedido a retirada deste ponto da Ordem de trabalhos, porque consideram ter artigos trocados e se reveste de ilegalidades, se abstiveram porque não querem que nada prejudique o Rancho Santa Eulália, e fizeram-no pela Associação e por respeito ao povo de Beiriz, apenas queriam que ficasse tudo legal e disse que o Partido Socialista e os seus elementos não assumem qualquer responsabilidade sobre esta deliberação. ----
8º- Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----
Ninguém se inscreveu. -----
Nada mais havendo a tratar, o Presidente Manuel António da Silva Milhazes, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. -----
De tudo para constar, se lavrou a presente acta.-----